



COMPANHIA DOCAS DO PARÁ
Autoridade Portuária

COMPANHIA DOCAS DO PARÁ
GERENCIA DE RECURSOS HUMANOS
SUPERVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

Estudo Técnico Preliminar da Contratação/SUPARH-CDP/GERHUM-CDP/DIRAFI-CDP-CDP

Belém, 27 de janeiro de 2026.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

INTRODUÇÃO

O Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda de contratação de empresa cadastrada para prestação do serviço de alimentação coletiva, a fim de atender as necessidades desta Companhia no que tange à concessão do benefício do vale-alimentação.

Nesse sentido, tem-se ativo o **Contrato nº 36/2021(id. 4296360 - Processo SEI nº 50901.000571/2021-00), com vigência de 14/07/2021 a 14/07/2026**. Diante disso, faz-se oportuno movemos tratativas a fim de instruir novo procedimento licitatório, pelo qual iniciamos o presente Estudo Técnico Preliminar.

Referência: Art. 11 da IN SGD/ME nº 1/2019

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

1.1. Contratação de empresa(s) para a prestação de serviços de implementação, gerenciamento, administração, intermediação e emissão de cartões eletrônicos com chip para o fornecimento do auxílio alimentação, para os empregados e diretores da Companhia Docas do Pará - CDP, em conformidade com o Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT.

1.2. O fornecimento do benefício em cartão eletrônico com chip visa propiciar maior segurança e praticidade aos usuários, mais eficientes possibilidades de gestão e operacionalização do benefício, proporcionando que seja feita de forma clara e organizada, por meio de ferramenta eletrônica acessada pela CDP e pelos usuários, via Internet ou aplicativo mobile com diversas funcionalidades.

2. INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS

2.1. Aspectos Gerais

2.1.1. A Companhia Docas do Pará (CDP) é uma empresa pública vinculada ao Ministério de Portos e Aeroportos, com sua sede localizada na cidade de Belém-PA, cujo objeto social é exercer as funções de Autoridade Portuária no âmbito dos portos organizados no Estado do Pará, sob sua administração e responsabilidade.

2.1.2. A estrutura física da CDP se divide nas seguintes áreas:

- Prédio Sede - Situado na Av. Presidente Vargas, 41, CEP: 66010-000, Belém - PA;
- Prédio Anexo (Almoxarifado) - Rua Municipalidade, 98, CEP: 66056-180, Belém - PA;
- Porto de Belém - Av.: Marechal Hermes - Praça Pedro Teixeira Centro, CEP: 66010-000, Belém - PA;
- Terminal de Miramar - Av.: Arthur Bernardes, s/n - Bairro de Val-de-Cães, CEP: 66115-000, Belém - PA;
- Terminal de Outeiro - Ilha de Caratateua, Estrada BL 10, Bairro: Brasília, CEP: 66845-840, Outeiro -Icoaraci / PA;
- Porto de Vila do Conde - Rodovia PA 481 - Km 2.3, CEP: 68447-000, Barcarena - PA;
- Porto de Santarém - Av.: Cuiabá, s/n. - Bairro Vera Paz, CEP: 68.040-4000, Santarém - PA;
- Porto de Itaituba - Rua: 1ª Rua Beira Rio, s/n - Mirirituba/PA; e
- Porto de Altamira - BR-230 - Jardim Independente II, CEP: 68372-760, Altamira - PA.

2.1.3. Registra-se que atualmente há empregados da CDP cedidos a outras instituições federais, as quais estão localizadas, por exemplo, em Brasília, Goiás e Rio de Janeiro.

2.1.4. Nesse sentido, cabe esclarecer que atualmente a contratação pretendida possui amparo no [Regulamento de Pessoal vigente](#) (item 7.32) e na Cláusula Décima Sexta ([SINDIGUAPOR](#)) e Décima Oitava ([SINDIPORTO](#)) do Acordo Coletivo de Trabalho firmado entre Companhia Docas do Pará - CDP com os sindicatos dos empregados.

3. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE

3.1. A presente contratação é imperativa para o cumprimento das obrigações pactuadas no Regulamento de Pessoal e Acordos Coletivos de Trabalho vigentes, que possuem caráter obrigatório para a Companhia. A concessão do benefício de vale-alimentação visa não apenas atender à norma sindical, mas também manter a adesão da CDP ao Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT).

3.2. Nesse sentido, a solução busca proporcionar aos empregados e diretores da CDP a melhoria de suas condições nutricionais e de qualidade de vida, o aumento de sua capacidade física e da resistência à fadiga, aumento de resistência a doenças e a redução de riscos de

acidentes de trabalho. Para a Companhia, os resultados esperados incluem o aumento da produtividade e integração entre trabalhador e empresa; a redução do absenteísmo (atrasos e faltas) e da rotatividade de pessoal; e a segurança tributária, garantindo a isenção de encargos sociais sobre o valor da alimentação e o usufruto de incentivos fiscais.

3.3. Em suma, registra-se que a contratação em questão, além de atender demandas de negociações sindicais, também está alinhada com os objetivos estratégicos da Companhia, no sentido de que é uma excelente forma de aumentar o nível de engajamento dos profissionais e aumentar a atratividade da Companhia.

3.4. Oportunamente, cabe esclarecer que a Companhia Docas do Pará não dispõe de serviço próprio de vale-alimentação, pelo qual se faz necessária a contratação de mercado.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E METODOLOGIA

4.1. A presente contratação será realizada mediante credenciamento por inexigibilidade de licitação, observando os dispositivos normativos e legais, notadamente o Instrumento Normativo para Gestão do Regulamento e Licitações e Contratos da Companhia (IN-2102-01), a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e as regras atualizadas do PAT (Decreto nº 10.854/2021 e Portaria MTE nº 1.707/2024).

4.2. A(s) contratada(s) deverá(ão) atender integralmente ao disposto na legislação que dispõe sobre a regulamentação do PAT, em suas últimas atualizações, bem como condições e exigências estabelecidas pela CDP no instrumento editalício e seus anexos.

4.3. O pagamento de gêneros alimentícios deverá ser operacionalizado por meio de arranjo fechado de pagamento, com o uso de cartões eletrônicos, com chip de segurança, com sistema de controle de saldo e senha numérica pessoal e intransferível para validação das transações eletrônicas, com verificação de ponta a ponta, visando o controle da rede credenciada/itens elegíveis, prevenção a fraudes/desvio de finalidade e garantia de uso exclusivo para alimentação.

4.3.1. A indicação se justifica pelas seguintes características:

- a) Garantia de que os benefícios sejam utilizados da forma adequada, dentro de um escopo definido;
- b) Possibilidade de controle e acompanhamento dos gastos pela Administração;
- c) Maior segurança e conformidade em relação à utilização dos recursos, reduzindo o risco de fraudes e garantindo que os pagamentos sejam realizados de acordo com as regras estabelecidas, reforçando -inclusive- a aderência ao PAT e o controle “de ponta a ponta”;
- d) Garantia de que o benefício seja utilizado exclusivamente para a compra de alimentos, evitando que seja utilizado para outros fins;
- e) Garantia de que o benefício será utilizado apenas na rede credenciada pela operadora, ou seja, apenas em estabelecimentos credenciados para o fornecimento de alimentos.

4.3.2. Complementarmente, sem prejuízo do fornecimento obrigatório de cartões físicos, equipados com chip de segurança para aquisição de gêneros alimentícios, a contratada poderá disponibilizar meio alternativo ao cartão eletrônico, a exemplo de aplicação mobile, ferramenta online ou outro mecanismo que venha a ser autorizado por legislação, obrigando-se a cuidar dos aspectos de proteção de dados e segurança da informação dos beneficiários e da Contratante.

4.3.3. Os serviços deverão ser prestados, além dos municípios e capitais definidos neste ETP, em todas as outras capitais no país, de acordo com os quantitativos mínimos de estabelecimentos credenciados para utilização do serviço não inferior a:

RIO DE JANEIRO(RJ): 50 Estabelecimentos

SÃO PAULO(SP): 50 Estabelecimentos

BRASÍLIA (DF): 50 Estabelecimentos

BELÉM (PA): 50 Estabelecimentos

GOIÂNIA (GO): 05 Estabelecimentos

SANTARÉM (PA): 10 Estabelecimentos

BARCARENA (PA): 10 Estabelecimentos

ALTAMIRA (PA): 05 Estabelecimentos

CASTANHAL (PA): 05 Estabelecimentos

ITAITUBA (PA): 05 Estabelecimentos

ÓBIDOS (PA): 05 Estabelecimentos

4.3.3.1. A rede credenciada foi estimada considerando a localização dos Portos da Companhia em que os empregados da CDP exercem atividades, o parâmetro de aceitabilidade, bem como o quantitativo mínimo estabelecido para a empresa atualmente contratada, cujo serviço - até a presente data - permanece sendo realizado a contento. Em adição ao mínimo estabelecido ao contrato vigente, foram inseridas as localidades onde há empregados cedidos (Rio de Janeiro), ou de área de grande trânsito de empregados da CDP para atividades relacionadas à empresa, como *benchmarking*, congressos, palestras e capacitações em geral (São Paulo). Noutro passo, foi retirado o quantitativo mínimo de PALMAS (TO) em razão de não mais haver empregados cedidos àquela localidade.

4.4. Disponibilizar canais de atendimento telefônico e eletrônico à Contratante e aos beneficiários.

4.5. Disponibilizar à Contratante sistema eletrônico que possibilite autogestão dos serviços contratados e de aplicativo mobile aos beneficiários, para dentre outros, consulta de rede credenciada, consulta de saldo, créditos e débitos do cartão, comunicação de perda, roubo ou extravio e solicitação de 2ª ou demais vias.

4.6. Os custos de emissão, fornecimento e entrega dos cartões (inclusive segundas e demais vias) deverão ocorrer por conta da Contratada.

4.7. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços que serão contratados, mediante apresentação dos documentos previstos em item específico da habilitação técnica, em características, quantidades e prazos compatíveis com o presente objeto.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 5.1. Registra-se que o Contrato nº 36/2021 (id. 4296360 - Processo SEI nº 50901.000571/2021-00), firmado entre Companhia Docas do Pará - CDP e Up Brasil Administração e Serviços LTDA, possui como objeto a prestação de serviço continuado de alimentação coletiva, visando o fornecimento do benefício do auxílio-alimentação aos empregados e aos diretores da CDP, através de cartão magnético com chip, cuja vigência é de 14/07/2021 a 14/07/2026.
- 5.2. Considerando a necessidade de manutenção na prestação dos serviços, iniciamos análise das contratações realizadas no mercado e que estão com contrato vigente, em busca das melhores práticas atuais. Diante das alterações ocorridas na legislação que rege o Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT, foi possível verificar que a contratação através de Edital de Credenciamento vem sendo praticada na maior parte dos certames.
- 5.3. Isto posto, considerando, principalmente, a vedação da prática de rebate imposta pelas novas normativas que regulam e disciplinam o PAT, a realização de pregão eletrônico para a contratação de serviço de gerenciamento e fornecimento de vales alimentação e refeição tende a ser uma solução ineficiente para a escolha do contratado, já que todos os interessados tenderão a apresentar o mesmo menor preço (taxa administrativa ZERO), implicando na realização de sorteio entre as licitantes cadastradas e participantes do certame.
- 5.4. Em consulta a Estatais do mesmo ramo, foi possível observar que o Porto de Santos (também autoridade portuária), a recente contratação de empresa que presta serviço continuado de alimentação coletiva foi realizada por meio de credenciamento, o qual pode ser consultado através do link https://intranet.portodesantos.com.br/lei_acesso/contratos.asp?u=&s=1&m=&busca=&data1=&data2=&valor1=&valor2=. Ademais, em benchmark com a gerência responsável pela contratação do Porto de Santos, foi informado que a instrução processual daquela Estatal também tomou como base o recente processo de credenciamento realizado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/licitacoes-contratos/credenciamentos>.
- 5.5. Inclusive, foi possível identificar que o Tribunal de Contas da União - TCU reconhece a viabilidade da utilização de credenciamento por empresas estatais, para a contratação de serviço de gerenciamento e fornecimento de vales alimentação, em substituição à licitação com critério de julgamento pelo menor preço, inviabilizada para esse tipo de contratação, após a edição do [Decreto 10.854/2021](#), tendo o Egrégio Tribunal se manifestado pelo assunto por meio da [MP 1.108/2021 \(Acórdão 5495/2022 - 2ª Câmara TCU\)](#) e do [Acórdão 6443/2025-TCU-Segunda Câmara](#).
- 5.6. Considerando as soluções que vêm sendo adotadas pelas demais empresas e órgãos públicos, as quais encontram amparo legal e validação das entidades de governança e órgãos de controle, entendemos que o chamamento público, com limitação das empresas credenciadas por meio de votação interna entre os empregados, os reais beneficiários dos serviços, seja uma solução adequada para a contratação pretendida. Ou seja, o edital contemplará os requisitos para que as empresas possam se credenciar, entretanto, a CDP somente firmará contrato com as empresas que atenderem aos critérios de votação previstos no Termo de Referência.

6. VIGÊNCIA

- 6.1. O contrato terá vigência e execução de 05 (cinco) anos, a contar da data de rescisão ou do término do contrato vigente, o que ocorrer primeiro, na forma estabelecida na Lei nº 13.303/2016, em seu Art. 71, bem como nos termos do Regulamento de Licitações e Contratações e Contratos.
- 6.2. Registra-se que a fixação do prazo de vigência contratual em 05 (cinco) anos para o fornecimento de vale-alimentação fundamenta-se na natureza de serviço continuado do objeto, cuja necessidade é permanente e indispensável à subsistência dos empregados, sendo a vigência quinquenal a solução que melhor atende aos princípios da eficiência e economicidade, ao mitigar custos de integração sistêmica e evitar o risco de descontinuidade do benefício alimentar por excessivos ritos procedimentais anuais.

7. DIMENSIONAMENTO DA DEMANDA E ESTIMATIVA DE CUSTOS

- 7.1. Atualmente, o valor do benefício é de R\$ 1.532,01 (um mil quinhentos e trinta e dois reais e um centavo) mensais por empregado, entretanto, o qual foi reajustado em junho/2025, acompanhando o índice INPC acumulado do período de junho/2024 a maio/2025, acrescido de 1%, nos termos previstos no ACT firmado para o período de 2024-2026. Portanto, considerando o histórico de reajustes em razão do ACT, estima-se a alteração do valor atual para R\$ 1.626,99 (um mil seiscentos e vinte e seis reais e noventa e nove centavos).
- 7.2. Para os demais períodos, foi aplicado o mesmo percentual estimado de reajuste (6,20%), uma vez que o valor do benefício é corrigido conforme negociações coletivas.
- 7.3. A seguir, tabela com o valor projetado para o período de 5 (cinco) anos, conforme proposta de contratação, considerando a aplicação de taxa administrativa de 0%:
- 7.4.

| BENEFICIÁRIOS | QNT | VALOR | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 | 2030 |
|-----------------|-----|----------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| EMPREGADOS (A) | 489 | UNITÁRIO | R\$ 1.626,99 | R\$ 1.727,87 | R\$ 1.835,00 | R\$ 1.948,77 | R\$ 2.069,59 |
| | | MENSAL (A) | R\$ 795.600,37 | R\$ 844.927,59 | R\$ 897.313,10 | R\$ 952.946,52 | R\$ 1.012.029,20 |
| | | ANUAL (13 MESES) (A) | R\$ 10.342.804,80 | R\$ 10.984.058,70 | R\$ 11.665.070,34 | R\$ 12.388.304,70 | R\$ 13.156.379,59 |
| DIRETORES (B) | 3 | UNITÁRIO | R\$ 1.457,76 | R\$ 1.548,15 | R\$ 1.644,13 | R\$ 1.746,07 | R\$ 1.854,32 |
| | | MENSAL (B) | R\$ 4.373,29 | R\$ 4.644,44 | R\$ 4.932,39 | R\$ 5.238,20 | R\$ 5.562,97 |
| | | ANUAL (12 MESES) (B) | R\$ 52.479,54 | R\$ 55.733,27 | R\$ 59.188,73 | R\$ 62.858,43 | R\$ 66.755,66 |
| TOTAL (A) + (B) | 492 | MENSAL (A) + (B) | R\$ 799.973,66 | R\$ 849.572,03 | R\$ 902.245,50 | R\$ 958.184,72 | R\$ 1.017.592,17 |

| | | | | | | |
|--|-------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | ANUAL (12 MESES) (A) + (B) | R\$ 10.395.284,34 | R\$ 11.039.791,97 | R\$ 11.724.259,07 | R\$ 12.451.163,13 | R\$ 13.223.135,24 |
|--|-------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|

| | |
|-----------------------------------|--------------------------|
| TOTAL DO CONTRATO (5 ANOS) | R\$ 58.833.633,74 |
|-----------------------------------|--------------------------|

*o quantitativo de beneficiários considerou o quadro total da CDP, disposto na Portaria SEST nº 29/2017, de 06/12/2017, acrescido dos 03 Diretores.

**ao valor estimado para 2026, assim como nos anos subsequentes, foi acrescido o percentual utilizado no último reajuste em razão da negociação coletiva (06/2025), cujo valor foi de 6,2%.

***No valor anual, está contemplada a concessão do benefício de 12 (doze) meses aos empregados e aos diretores, bem como a possível previsão da concessão de mais 01 (um) mês aos empregados referente ao crédito extra de vale alimentação, por força de ACT.

7.5. Considerando as projeções apresentadas, o valor estimado para 492 beneficiários, durante o período de 5 (cinco) anos, é de R\$ 58.833.633,74 (cinquenta e oito milhões, oitocentos e trinta e três mil seiscentos e trinta e três reais e setenta e quatro centavos).

7.6. Oportunamente, cabe esclarecer que, de acordo com o Acordo Coletivo de Trabalho vigente, há a possibilidade de crédito diferenciado aos empregados abrangidos por sentença judicial transitada em julgado pela Justiça do Trabalho, desde que devidamente apresentada a referida sentença.

7.7. A CDP não se vincula a executar o valor global estimado, uma vez que, ao longo da vigência do contrato, o número de beneficiários e o valor dos benefícios poderão sofrer alterações para mais ou para menos.

8. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

8.1. A contratação em questão obedecerá aos critérios de sustentabilidade ambiental contidos no art. 6º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG e no Decreto nº 7.746/2012 c/c Decreto nº 9.178/2017, da Casa Civil da Presidência da República, no que couber. Nesse sentido, a Contratada deverá:

- Orientar seus funcionários quanto à separação e descarte correto dos resíduos produzidos, conforme gerenciamento de resíduos da Companhia;
- Fazer o uso racional da água e energia elétrica, adotando medidas para evitar o desperdício, e promover ações e/ou utensílios que promovam a redução do consumo;
- Repassar aos seus funcionários todas as informações referentes à redução do consumo de recursos;
- Realizar descarte ambientalmente adequado e conforme a legislação vigente dos resíduos gerados na atividade de monitoramento;
- Priorizar aquisição de insumos, materiais e equipamentos no mercado local; e
- Dar preferência para o uso de materiais, tecnologias e matérias primas de origem local, reciclados, atóxicos e biodegradáveis, quando cabível, e que atendam a critérios de sustentabilidade, tais como segurança, durabilidade e eficiência, de modo a gerar menos resíduos, menor desperdício e menor impacto ambiental.

9. SUGESTÃO DE RÚBRICA - DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

9.1. Categoria Econômica – 2.200.000.000 - **DESPESAS CORRENTES.**

9.2. Rubrica Orçamentária - 2.201.000.000 - **DESPESAS COM PESSOAL.**

9.3. Conta - 2.201.030.200 - **AUXILIO ALIMENTAÇÃO E REFEIÇÃO.**

9.4. A rubrica orçamentária em questão foi aprovada pelo Congresso Nacional e regulamentada pelo **Decreto nº 12.804, de 29 de dezembro de 2025.**

10. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

10.1. Levando-se em conta as características do objeto a ser contratado, entende-se que a única solução para a contratação é a execução indireta, realizada por empresa especializada na prestação dos aludidos serviços.

10.2. Nesse sentido, avaliou-se que a solução mais vantajosa é o Credenciamento por inexigibilidade de licitação (Art. 148 da IN-2102.01), pois permite a contratação de múltiplos prestadores, ampliando a rede de aceitação e garantindo o direito de escolha individual do empregado.

11. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO QUANDO NECESSÁRIA PARA INDIVIDUALIZAÇÃO DO OBJETO

11.1. O parcelamento da solução não é recomendável, devendo optar-se pela via alternativa, por ser o ideal no caso em tela, do ponto de vista da eficiência técnica, haja vista que assim o gerenciamento dos serviços permanecerá sempre a cargo de um único contratado, resultando num maior nível de controle dos serviços por parte da administração, concentrando a responsabilidade e a garantia dos resultados numa única pessoa jurídica.

11.2. Observa-se também a economia de escala, viabilizando um menor valor a se alcançar na licitação.

11.3. Então, pelas razões expostas, recomendamos que a contratação não seja parcelada, por não ser vantajoso para a administração e por representar possível prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado.

12. CONFIDENCIALIDADE

12.1. Todas as informações obtidas pela empresa Contratada, por meio de seus sócios, diretores, empregados, associados e prepostos ou de qualquer outra forma, serão mantidas em estrita confidencialidade, obrigando-se expressamente a não divulgá-las a terceiros e nem as

usar senão para os estritos fins e efeitos de suas relações contratuais ora previstas.

12.2. É da inteira responsabilidade da contratada zelar pela preservação do sigilo pelo uso restrito de todas as informações obtidas pela empresa durante a execução dos serviços, não as divulgando, sob nenhuma circunstância, sem autorização expressa da CDP, salvo quando houver obrigação legal de fazê-lo.

13. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

13.1. Os estudos preliminares evidenciam que a contratação da solução ora descrita, ou seja, a contratação de empresa(s) para a prestação de serviços de implementação, gerenciamento, administração, intermediação e emissão de cartões eletrônicos com chip para o fornecimento do auxílio alimentação, para os empregados e diretores da Companhia Docas do Pará - CDP, em conformidade com o Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT, mostra-se tecnicamente possível e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **Henrique Ruben C. da Cunha, Supervisor Administração de Recursos Humanos**, em 13/03/2026, às 10:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.transportes.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **10809967** e o código CRC **C7AC3E7F**.



Referência: Processo nº 50901.000113/2026-77



SEI nº 10809967

Avenida Presidente Vargas, 41 - Bairro Campina
Belém/PA, CEP 66010-000
Telefone: 31829117 - www.cdp.com.br